

PEQUENO EXPEDIENTE
(ABERTURA DA SESSÃO)

A SRª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Declaro aberta a presente Sessão.
Cumprimento todos os presentes que nos acompanham aqui das nossas galerias.

(PRIMEIRA PARTE – LEITURA DA ATA)

A SRª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Saúdo o colega Deputado Júlio Campos e o convido para assumir a 1ª Secretaria e fazer a leitura da Ata da última Sessão e do Expediente a ser analisado por esta Casa de Leis.

(O SR. DEPUTADO JÚLIO CAMPOS ASSUME A 1ª E A 2ª SECRETARIAS.).

A SRª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Com a palavra, o 1ª Secretário Júlio Campos.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE SETEMBRO DE 2023, ÀS 13H04MIN.)

O SR. 2º SECRETÁRIO (JÚLIO CAMPOS) - Lida a Ata, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Lida a Ata pelo nobre Deputado Júlio Campos, a coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Contrários se manifestem, favoráveis permaneçam como estão. Aprovada.

Quero cumprimentar aqui todos os presentes, especialmente meu querido amigo vereador Brinco, de Canabrava do Norte, e todos os vereadores.

Por gentileza, passar ao nosso cerimonial todos os nomes para que possamos fazer os cumprimentos aqui pela Mesa diretora da Assembleia Legislativa

(PRIMEIRA PARTE – EXPEDIENTE)

A SRª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Solicito ao nobre Deputado Júlio Campos que faça a leitura do Expediente.

(O SR. 1º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DO EXPEDIENTE: MEM. Nº 502/2023, DO DEPUTADO WILSON SANTOS; MEM. Nº 216/2023, DO DEPUTADO DR. JOÃO; MEM. Nº 35/2023, DO GABINETE DO DEPUTADO GILBERTO CATTANI; MEM. Nº 165/2023, DA PRESIDÊNCIA DA ALMT; OFÍCIO Nº 242/2023, DA PREFEITURA DE CAMPO NOVO DO PARECIS; OFÍCIO Nº 1.074/2023, DO GABINETE DE INTERVENÇÃO DO ESTADO NA SAÚDE DE CUIABÁ; OFÍCIO Nº 1.104/2023, DA SEDEC; OFÍCIO Nº 257/2023, DA SES; OFÍCIO Nº 34.011/2023, DA SESP; OFÍCIO Nº 659/2023, DA SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS; OFÍCIOS NºS 143, 145, 146, 147, 148 E 8.091/2023, DA CASA CIVIL; OFÍCIOS NºS 2.928, 2.929, 2.930 E 2.939/2023, DO INTERMAT; OFÍCIOS NºS 14.890 E 14.993/2023, DA SEDUC; OFÍCIOS NºS 4.560, 4.561 E 4.630/2023, DA SINFRA E MANIFESTAÇÃO TÉCNICA Nº 00795/2023, DA SEDEC.

O SR. 1º SECRETÁRIO (JÚLIO CAMPOS) - Lido o Expediente, Presidente.

(SEGUNDA PARTE – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2023, ÀS
10H20MIN.

A SRª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Lido o Expediente, vamos passar ao Pequeno Expediente.

Com a palavra, o Deputado Júlio Campos para fazer uso da fala.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Senhora Presidente, senhores Deputados.

Nesta semana Várzea Grande perdeu um grande cidadão, o professor, o colunista social e o servidor público do município de Várzea Grande, o professor Zacarias, um homem bastante conhecido, que prestou relevante serviço, não só na prefeitura municipal como servidor eficiente, como também foi presidente da associação dos servidores públicos do município de Várzea Grande e primeiro colunista social da cidade.

O professor Zacarias era natural de Belém do Pará e veio para Várzea Grande ainda jovem, fez a sua vida pessoal, política e funcional na nossa cidade toda.

Toda a cidade de Várzea Grande sentiu a sua partida, por isso nesse momento eu estou apresentando uma Moção de Pesar.

Gostaria que a assessoria da Assembleia pegasse na minha bancada os documentos oficiais que eu quero apresentar na manhã de hoje com relação a outros municípios mato-grossenses, senhora Presidente, porque tenho várias solicitações e estou apresentando agora nesta Sessão Plenária desta Casa a fim serem apreciadas pelos senhores Deputados ainda no dia de hoje na Sessão que estamos iniciando agora.

Seguintes Requerimentos: Assembleia Legislativa de Mato Grosso, Moções de Congratulação para o Município Serra Nova Dourada, o Município de Novo Santo Antônio e Município de Bom Jesus do Araguaia, que estão comemorando aniversário de fundação e emancipação política.

Além disso, apresentando ao senhor Governador um pedido para um micro-ônibus para o município de Nova Ubiratã.

Bem como apresento uma reivindicação para o município de Nova Ubiratã, setor da Secretaria de Indústria Comércio Turismo, a necessidade do apoio da Secretaria de Cultura do Estado para o desenvolvimento de seus Projetos.

Também Indicação para criação de parques infantis do município de Mirassol d'Oeste, que tenho a honra de representar nesta Casa.

Bem como uma Moção de Aplausos para o Coronel do corpo de bombeiro Agnaldo Pereira de Souza, pelo relevante serviço que vem prestando as causas animais Pet de Mato Grosso.

Além disso, estamos também apresentando a inclusão na nossa colega Deputada Sheila Kleiner Jorge de Souza, Analista Ambiental da Secretaria Estadual do Meio Ambiente SEMA, para ser incluída como membro da Câmara Setorial Temática sobre soluções estaduais para mudanças climáticas, da qual sua Presidente.

A nossa servidora Sheila Kleiner, que a poucos dias atrás exerceu o mandato Deputado Estadual, é uma excelente servidora da Secretaria do Meio Ambiente e está disposta a colaborar conosco nessa Câmara Setorial referente a soluções para as mudanças climáticas, tão em voga neste momento, cujo até um Projeto daqui a pouco vai ser votado, uma PEC, de autoria do Deputado Dr. Eugênio, relacionado a mudanças climáticas.

Também estamos neste momento apresentando uma Indicação para a criação de um cadastro Estadual virtual de doadores de órgãos e tecidos no âmbito Estado do Mato Grosso. Ou seja, para que todas as pessoas, todos os cidadãos, que queiram ser doadores façam um cadastro na Secretaria de Saúde do Estado, um cadastro virtual, para quando vir a óbito, vir o falecimento, ele possa ser imediatamente encaminhado ao setor de transplante como doador de órgão, porque hoje nós

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2023, ÀS
10H20MIN.

temos da fila no Brasil 40 mil pessoas necessitando de ser transplantado e não há órgãos disponíveis. Então, nós estamos os destituindo aqui em Mato Grosso.

Nessa semana mesmo ocorreu que tinham dois pacientes dispostos a doar órgãos e não tinha como fazer por falta de avião para transportar os órgãos para Brasília, São Paulo ou outro Estado brasileiro onde faz transplante.

Estamos apresentando também um Projeto de Lei que institui o programa da terceira idade em atividade aqui em Mato Grosso.

Essa semana no Dia dos Idosos, no dia 1º, nós fizemos uma Audiência Pública com a participação de centenas de pessoas da terceira idade, que vieram participar desse evento, que contou Deputada Janaína Riva, com a presença do Desembargador Orlando Perry e do Promotor de Justiça encarregado das causas dos idosos e da Defensora Pública Doutora Luziane, bem como de inúmeras personalidades que vieram participar dessa Audiência Pública sobre a terceira idade, e hoje, baseado naquela reunião de segunda-feira, estamos hoje apresentando um Projeto para incluir pessoas da terceira idade no mercado de trabalho, dando incentivo e apoio para que as empresas possam contratar no seu quadro pessoas que tenham acima de 60 anos com os devidos incentivos fiscais.

Além disso, estamos apresentando uma Moção de Pesar com relação ao Manuel Zacarias, o professor que eu disse.

Eram essas as minhas palavras, senhora Presidente.

A SRª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Obrigada, Governador Júlio Campos.

Agora quero convidar para fazer uso da fala o Deputado Gilberto Cattani.

Aproveito, enquanto o Deputado caminha até a nossa tribuna, para cumprimentar Luiz Alberto Nespolo, presidente regulador da AGER, Mário Ohara, diretor de energia e saneamento e ferrovia da AGER, o Haroldo de Luna Cavalcanti, diretor de administração sistêmica da AGER e o Dr. Felipe Borges, Procurador do Estado e Advogado Geral da AGER.

Quero saudar também aqueles que serão sabatinados no dia de hoje. Enquanto diretor regulador de transporte rodovia será sabatinado José Ricardo Elias e será sabatinado como diretor regulador de ouvidoria Jossy Soares Santos da Silva.

Sejam bem-vindos.

Cumprimento também as famílias e amigos que os acompanham nesta manhã.

Deputado Gilberto Cattani.

O SR. GILBERTO CATTANI – Obrigada, senhora Presidente.

Bom dia a senhora e a todos os nossos pares Deputados, a todos que nos assistem aqui nas galerias e também pelas mídias desta Casa.

Senhora Presidente, venho usar o Pequeno Expediente hoje somente para enaltecer o nome de uma pessoa que praticamente construiu o norte do Estado do Mato Grosso.

Nós tivemos na CPI do 08 de janeiro no Congresso Nacional no dia de ontem o Senhor Argino Bedin. Lá esse senhor foi envergonhado, humilhado, massacrado com perguntas concernentes a ele como se ele fosse um criminoso, como se ele fosse um terrorista, como se ele fosse alguém que trouxesse algum perigo à sociedade mato-grossense. Todo o Estado do Mato Grosso estava ali com ele sofrendo aquelas agressões.

Por que eu digo isso, senhora Presidente?

Qualquer pessoa que mora na região de Sorriso, Sinop, Nova Mutum, Lucas, sabe quem é a família Bedin, e mais, sabe quem é o seu Argino Bedin.

Antes mesmo dessas regiões existirem, eles já estavam lá - quando era puro mato -, fazendo com que aquela região fosse o que ela é.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2023, ÀS
10H20MIN.

E nós não podemos, senhora Presidente, ficar calados diante do que está acontecendo.

Trataram esse homem como se fosse um criminoso, dizendo que estava financiando atos do dia 8 de janeiro. Ele estava com suas contas bloqueadas desde novembro do ano passado.

Qual o crime que esse cidadão cometeu?

Ele se manifestou, usou do seu próprio dinheiro para se manifestar, para dar o seu grito pela nossa pátria e por nossa liberdade e por isso está sendo perseguido.

Em nome de todos os homens de bem e mulheres de bem do Estado de Mato Grosso, quero dizer ao senhor Argino Bedin e à família Bedin que nós os respeitamos muito e sabemos que são pessoas honradas e honestas.

Muito obrigado, senhora Presidente.

A SRª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Próximo inscrito, o Deputado Max Russi.

O SR. MAX RUSSI - Bom dia, Presidente Janaina Riva.

Deputados presentes, Deputado Sebastião, Júlio, Cattani, aos que estão de forma virtual, imprensa presente, público presente, todos os servidores da Casa que tanto nos auxiliam e também quem nos assiste pelas TV e Rádio Assembleia.

Hoje é dia nacional dos agentes de saúde, então, quero fazer aqui o meu cumprimento a todos os agentes de saúde.

Estão, Deputado Sebastião, numa comitiva em Brasília lutando pelos seus direitos, buscando seus direitos, é uma é uma classe que tem se organizado nos últimos anos, tem conseguido avanços, e eu tenho trabalhado muito por essa categoria junto com os demais parlamentares desta Assembleia. Então, não poderia deixar de fazer o meu registro e o meu apoio a essa categoria tão importante que faz um trabalho importante na saúde, que é a ponta de lança, que visita as casas e está mais próximo do cidadão e do munícipe.

Também hoje é dia de São Francisco, dia dos animais, também não poderia deixar de fazer aqui os meus cumprimentos a todos aqueles que protegem, cuidam, zelam pelos nossos animais, também comemorado no dia de hoje.

E também, Presidente, amanhã vai ter uma grande Audiência Pública aqui na Assembleia.

Amanhã vamos ter dois grandes eventos, um evento do Cattani, em Campo Verde, que eu vou perder.

Parabéns, Cattani, pelo evento, homenageando personalidades importantes daquele município!

Mas também vai ter uma Audiência Pública aqui na Assembleia sobre o zoneamento, sob a liderança do Deputado Dr. Eugênio e também do Moretto, mas também com apoio, não vou dizer 100% aqui da Assembleia, mas pelo menos de 80% dos Deputados, o Cattani vai estar junto, outros Deputados vão estar juntos, eu não vou poder estar presente amanhã, nem eu, nem o Deputado Fábio Tardin, fomos convocados para ir a Brasília, temos uma reunião lá com a direção nacional do partido, então estaremos lá amanhã, vamos inclusive no voo à noite hoje, porque a reunião é bem cedo amanhã e está difícil horário de voo, está difícil voo e a gente não iam chegar a tempo.

Então, quero dizer que estou junto com os Deputados, com todos os parlamentares que amanhã estiverem nessa reunião. A gente sabe de uma grande mobilização do Araguaia vindo a Cuiabá amanhã para participar dessa Audiência Pública, produtores rurais, empresários, políticos, enfim, mas é uma causa importante, é uma causa que tem que ser debatida, é uma causa que mostra a força e a importância deste Parlamento Estadual.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2023, ÀS
10H20MIN.

Em todos os momentos, em todas as decisões mais complicadas do Estado de Mato Grosso é aqui na Casa do Povo, na Assembleia Legislativa que os problemas acabam chegando, acabam aparecendo, e os parlamentares, cada um defendendo a sua ideia, posição política, mas todos sempre atendendo, recebendo, encaminhando, procurando solução.

Tenho certeza que este Parlamento amanhã, através dessa grande Audiência Pública, através desse grande debate.

Fui cobrado pelo Lindomar, de Cocalinho, e por várias pessoas do Araguaia, me falando, gostaria muito de me fazer presente, infelizmente não é possível por esse compromisso já agendado há mais de 60 dias e, como faltei na última reunião porque eu estava em viagem, não posso faltar na reunião do dia de amanhã.

Também vi um vídeo em que o pessoal de Cocalinho cobra melhoria da MT-322, esburacada, inclusive no vídeo foi falado do Dr. Eugênio, foi falado do Deputado Avallone, mas também fica a nossa cobrança ao Secretário Marcelo para que a gente possa fazer a recuperação daquele trecho entre Água Boa e Cocalinho. Tem um trecho bastante crítico ali que precisa ser arrumado o mais rápido possível.

Era isso, Presidente. Obrigado.

Estaremos aqui hoje na Sessão para a sabatina da AGER, mas também para a votação dos Projetos importantes desta Casa.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Como nós teremos arguição aqui daqueles que são indicados pelo Governo do Estado para exercerem as funções de diretores reguladores da AGER, e cada um deles irá dispor de 15 minutos de explanação, vamos iniciar.

Eu solicito aos colegas Deputados e assessorias que se conectem, ou em formato virtual, ou venham até o Plenário, para que possamos seguir com a arguição, que deve ser feita pelo Presidente Eduardo Botelho.

Comunico ao soberano Plenário que nesta Sessão compareceram os senhores José Ricardo Elias e Jossy Soares Santos da Silva, indicados pelo excelentíssimo senhor Governador do Estado para ocuparem as diretorias de regulador de transportes e rodovias, e de regulador de ouvidoria, respectivamente, ambos da agência da regulação do serviço públicos do Estado de Mato Grosso, AGER, nos termos do § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 429, de 21 de julho de 2011, a fim de serem arguidos por esta Casa que constatará se os mesmos se encontram aptos para exercício dos cargos.

Encerrado o Pequeno Expediente.

Nos termos do art. 483 do Regimento Interno, convido o Deputado Sebastião Rezende e o Deputado Gilberto Cattani para introduzir no Plenário os senhores José Ricardo Elias e Jossy Soares Santos da Silva, candidatos a diretores reguladores da AGER Mato Grosso.

Nos termos do § 1º do Art. 483 do Regimento Interno, concedo a palavra ao senhor José Ricardo Elias, que disporá de até 15 minutos para fazer sua exposição.

Pode fazer sentado, José Ricardo, ou pode fazer também ali da tribuna, se preferir.

A tribuna acho que fica melhor também para que todos visualizarem.

O SR. JOSÉ RICARDO ELIAS - Bom dia a todos os presentes nesta Casa e também os que acompanham via canal da TV Assembleia Legislativa no canal aberto e também na internet.

Inicialmente, quero cumprimentar a Presidente desta Sessão, Deputada Janaina Riva, e em seu nome também estendo os cumprimentos às autoridades e aos parlamentares aqui presentes, servidores da Assembleia Legislativa, da AGER, da SINFRA, familiares e amigos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2023, ÀS
10H20MIN.

Quero agradecer o Governador do Estado de Mato Grosso, Governador Mauro Mendes, pela confiança depositada na indicação para a gente assumir a diretoria de regulação de transportes e rodovias, também quero fazer um agradecimento, ao Senador Mauro Carvalho, ao Senador Jaime Campos, ao Presidente aqui da Assembleia Legislativa, Deputado Eduardo Botelho, e também ao Secretário da Casa Civil, Fábio Garcia, e também, finalmente, agradecer ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Marcelo de Oliveira e Silva, pelo tempo em que a gente atuou juntos na sua assessoria.

Eu não podia deixar de agradecer também à diretoria executiva da AGER, Presidente Nespolo, os diretores Norio, Haroldo e também o indicado Jossy, que está aqui comigo para ser arguido.

(O SR. DEPUTADO EDUARDO BOTELHO ASSUME A PRESIDÊNCIA.).

O SR. JOSÉ RICARDO ELIAS - Eu vou falar brevemente um pouco sobre meu currículo, quem eu sou e a proposta com a qual estou vindo para AGER.

Eu sou formado em engenharia civil, sou engenheiro civil, sou advogado, servidor público do Estado de Mato Grosso desde 2004 e no ano que vem eu completo 20 anos de serviço público.

Tive a oportunidade de passar pela Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, depois fui para a Secretaria de Estado de Educação, onde lá atuei no controle interno, como chefe do controle interno da SEDUC, depois na Superintendência de Estrutura Escolar e também na Secretaria Adjunta de Estrutura Escolar, findando meu trabalho lá como assessor jurídico do órgão até início de 2015, sendo que 2015 eu sou convidado a ir para a Secretaria de Infraestrutura onde atuei como superintendente de engenharia, também como assessor jurídico do órgão e finalmente como assessor do Secretário de Estado Marcelo de Oliveira.

Então, essa é a minha história no Governo do Estado. Acredito que tenho capacidade e competência para poder ajudar o Governo, atuando agora lá na AGER em apoio à diretoria executiva e aos servidores.

Digo para vocês que estou apto, aos Deputados que qualquer dúvida, qualquer esclarecimento a respeito de alguma matéria a gente está disposição aqui para responder as perguntas.

Bom dia a todos.

A SRª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Agradeço o senhor José Ricardo Elias.

Da mesma forma, concedo a palavra ao senhor Jossy Soares Santos da Silva, que disporá de até 15 minutos para fazer a sua exposição.

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA – Excelentíssima senhora Presidente deste venturoso Parlamento que preside esta Sessão.

Também cumprimento excelentíssimo senhor Deputado Eduardo Botelho na pessoa de quem saúdo os excelentíssimos senhores Deputados e Deputada.

Excelentíssimo senhor Presidente da AGER, Luiz Alberto Nespolo, na pessoa de quem saúdo a diretoria executiva colegiada.

Ilustríssimo superintendente de energia, ferrovia, gás e saneamento, Thiago Bernardes, na pessoa de quem saúdo os superintendentes reguladores da AGER.

Ilustríssima analista reguladora, Cristiana Espírito Santo, na pessoa de quem saúdo todos os colegas da AGER.

Senhoras e Senhores quem nos prestigiam presencialmente e através dos meios de comunicação.

Eu não consigo esconder um pouco do nervosismo, mas procurarei ser o mais informal possível, apesar da liturgia do momento.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2023, ÀS
10H20MIN.

Sou grata a Deus pela vida e por ter orientado o Governador do Estado, senhor Mauro Mendes Ferreira, para indicar meu nome para o cargo de diretor regulador de ouvidoria da AGER.

Sou grato pela minha família aqui representada por meu filho Josué Soares, que se encontra aqui presente.

Sou grato pelo apoio dos colegas, sou grato pela vida em geral.

Sob a graça, proteção e direção do Senhor Jesus Cristo, nome que é sobre todo nome, o qual invoco neste momento sobre nossas vidas, Jesus, tenho o prazer de dirigir a vossas pessoas minhas simples palavras que demonstram o pensamento nuclear que pretendo seguir na condução da diretoria reguladora de ouvidoria e na diretoria executiva colegiada da AGER, se assim for a vontade de Deus e provação desta Casa de Leis.

Iniciei minha vida profissional na iniciativa privada, na Xerox do Brasil, subsidiária da Xerox Corporation, onde foi representante técnico de serviços.

Sou servidor público de carreira tendo trabalhado treze anos e nove meses na Fundação Nacional de Saúde, órgão ligado ao Ministério da Saúde.

Atualmente estou há 15 anos como analista regulador, perfil advogado, na Agência de Regulação de Serviços Públicos, nossa querida AGER.

Quero dizer que não há lugar mais adequado que o Parlamento para arguição sobre a capacidade e motivação de um agente público que pretende exercer o relevante cargo de direção numa agência reguladora.

É aqui no Parlamento onde o povo se expressa por meio dos senhores que têm a delegação popular. Isso porque se o serviço público existe, existe em função do usuário, que é o povo. Este deve ser ouvido com primazia.

Nós estamos reunidos aqui como Estado e o Estado é uma abstração instrumental para servir o povo e o interesse público.

Filio-me ao pensamento de que Deus criou o homem previamente à organização do Estado.

Os primeiros seres humanos perceberam que sozinhos teriam muitas dificuldades para obter o necessário para a vida, assim é que se organizaram nas primeiras comunidades em busca de um interesse comum. Assim eles se juntaram e promover serviços que aproveitavam a todos. Foi aí que nasceu o interesse público, que se traduz para nós aqui hoje, nesta manhã, em serviços públicos necessários à vida em sociedade.

É por isso que integram o conceito de Estado o conceito de povo, território e soberania e para o funcionamento desse Estado e seus serviços públicos são necessárias regras, regras de funcionamento, padrões de qualidade e convivência. Ou seja, a forma como as empresas concessionárias devem prestar o serviço ao povo.

Os serviços dos Estados são públicos, desde os mais básicos aos mais complexos, é comezinho que o Estado deve fornecer aos seus cidadãos assistência à saúde, educação, segurança e prestação de justiça, entretanto, o Estado não tem condições de prestar diretamente todos os serviços necessários ao seu povo e, por tal, delega ao particular a prestação desses serviços, mediante um preço público, pago por este a famosa tarifa dos serviços delegados.

É assim que funciona na maioria dos países livres o fornecimento de água tratada, esgoto, energia elétrica e transporte, conhecidos como os mais básicos e necessários à vida.

Com a evolução da vida em sociedade surgem necessidades de novos serviços, como fornecimento de gás, rodovia pedagiada, fornecimento de dados para *internet*, saúde suplementar e outros igualmente importantes para a vida em sociedade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2023, ÀS
10H20MIN.

Há duas décadas a AGER vem fiscalizando os serviços públicos, em especial transporte de passageiros e energia elétrica, este por delegação da ANEEL.

Com desenvolvimento pujante do nosso Estado de Mato Grosso surja à necessidade de rodovia pedagiada, gás encanado, ferrovia e etc., serviços que necessitam de fortes investimentos privados - precisamos da iniciativa privada e são necessários os investimentos.

Assim, a AGER tem atuado, a AGER tem assumido a regulação desses novos serviços de forma que hoje AGER tem se modernizado, adquirido *know how* e acrescentado novos contratos para esses novos serviços.

Além dos 16 contratos de concessões de operadores de transporte, a AGER regula 10 contratos de rodovias concedidas e tem no radar cerca de mais 10 em estudos para a concessão pelo poder concedente; ainda fiscaliza a geração e distribuição de energia por delegação da ANEEL; a AGER exercia a regulação e definição da tarifa por distribuição do gás natural comprimido e do gás canalizado, cujas obras de distribuição estão em franco desenvolvimento com a previsão para o início das operações de 39 km de tubulação de gás no Distrito Industrial ainda neste ano de 2023.

O Governo do Estado instituiu o sistema ferroviário estadual por meio da Lei Complementar 685/2021 e assinou o contrato de autorização com a Rumo Logística para construir, operar, explorar e conservar o sistema ferroviário estadual compreendido entre Rondonópolis, Cuiabá e Lucas do Rio Verde, numa extensão de 730km, investimentos privados previstos da ordem de 11 bilhões de reais, sob a regulação e responsabilidade da AGER.

Vejam como nossa história é pujante e o que esse modal vai favorecer a escoação e o desenvolvimento econômico do nosso Estado.

Ainda há previsão legal para AGER regular o serviço de saneamento básico previsto nas unidades regionais de saneamento e o Governo do Estado tem profunda preocupação com os municípios que muitas vezes não dispõem da mesma condição de regular seu próprio serviço de água e esgoto.

Por todo o exposto, torna-se necessária a presença cada vez mais forte da agência reguladora para promover o equilíbrio nas relações entre poder concedente concessionária e o usuário.

É papel de a agência reguladora garantir a segurança jurídica aos investidores infraestrutura do Estado, isso com regras claras e bem definida, corpo técnico autônomo e decisões livres de interferência.

A ciência da regulação e dos serviços públicos nos ensina que o operador privado é importantíssimo para o usuário.

Não vemos um investidor privado como um adversário ou como alguém que devemos perseguir, mas como um parceiro na concepção do interesse público, na garantia do serviço àqueles que mais precisam. Por isso ele deve ser sempre tratado com atenção e uso de técnicas que potencializem a prestação do serviço e ao mesmo tempo levem em consideração a necessidade de estudos de impacto regulatório e de resultado regulatório no tocante às normas produzidas.

Por isso a AGER criou a unidade de normatização, onde, juntos com a nossa competente equipe, temos produzido normas que vêm fortalecendo a segurança jurídica do investidor, do operador e dinamizando nossos atos regulatórios.

Os contratos de concessões devem ser regulados e acompanhados por toda uma ciência regulatória que garanta o equilíbrio, privilegie o bom operador e puna aquele que é quanto mais em serviços inadequados.

A AGER vem demonstrando ser eficiente face a alta quantidade de atividades que regula.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2023, ÀS
10H20MIN.

Recentemente a AGER foi escolhida pela CGU-Controladoria Geral da União, Unesco e o Unops a agência estadual modelo para ser avaliada no programa QualiREG e tem atingido pontuação relevante e se tornar exemplo na categoria das agências estaduais.

Nossa agência é referência para todas as agências estaduais no Brasil, assim diz a Controladoria Geral da União.

Como percebemos o serviço público delegado ao privado é um direito fundamental do usuário, do povo, e, como tal, deve ser acompanhado com esmero para que o usuário esteja satisfeito e ao mesmo tempo exerça o controle social da atividade.

Aqui a ouvidoria, diretoria para qual estou indicado, exerce papel relevante, pois propicia ao usuário o ambiente adequado para a participação social, isso não apenas para receber reclamações sugestões e elogios, mas para de fato ser o canal de comunicação com o usuário e termômetro dos nossos erros e acertos com o interesse público.

O Brasil tem um Sistema Nacional de ouvidoria instituído pela Lei 3.460/2017 que organiza o serviço, trata a informação, garante resposta e inclui o usuário no centro das formas de participação e controle social dos atos regulatórios.

Para que tenhamos serviços públicos que sempre atendam o interesse público, assumo o compromisso - eu assumo o compromisso - de ser um diretor ouvidor atento à sociedade, às minorias, às crianças, ao deficiente físico, ao público interno e externo.

Pretendo ser um canal aberto direto com o povo e com seus representantes nesse majestoso Parlamento.

Nesse sentido, lutarei para motivar a criação de associações de usuários, para que haja mais conselho de consumidores, coletivos de participação popular nas decisões da AGER, mais consultas, mais audiências públicas, mais efetivo controle social, enfim, mais democracia, porque o poder emana do povo.

Entendo que o povo deve ser sempre ouvido no tocante aos seus interesses, por isso estou disposto a doar meu tempo, intelecto e energias para atingir nosso maior objetivo, o interesse público, que por sua vez se traduz no desenvolvimento de Mato Grosso e no desenvolvimento do Brasil.

Coloco-me à disposição dos senhores para ser arguido para responder dentro das minhas limitações e peço a Deus que abençoe a todos nessa manhã.

Muito obrigado. (APLAUSOS)

A SRª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Concluídas as suas exposições, passemos ao questionamento aos candidatos, conforme inscrição, no processo que se encontra sobre a mesa.

Com a palavra o Deputado Sebastião Rezende, que dispõe de até três minutos para formular a sua interpelação.

Aproveito e comunico aos convidados que disporão de até cinco minutos para a resposta.

Com a palavra o nobre Deputado Sebastião Rezende.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE – Senhora Presidente, senhores Deputados.

Cumprimento os servidores da Casa e todos aqueles que prestigiam esta Sessão, os nossos cumprimentos.

O nosso Presidente da AGER Dr. Luiz Alberto Nespolo, ontem estivemos juntos numa profícua Audiência Pública aqui com a Energisa, e agradeço a presença do senhor na Audiência Pública e hoje já aqui acompanhando a sabatina dos dois indicados.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2023, ÀS
10H20MIN.

Cumprimento aqui também o José Ricardo Elias, que está sendo indicado para diretor regulador de transportes e rodovias; e o Dr. Jossy Soares Santos da Silva para diretor regulador da ouvidoria.

Cumprimento também os servidores da AGER estão presentes aqui, amigos familiares dos indicados, os nossos cumprimentos.

Senhora Presidente, dizer que o Dr. Jossy Soares já foi diretor regulador de transportes da nossa AGER, servidor de carreira, como ele já disse aqui, analista regulador da agência na área da advocacia, então, bastante preparado para a função. Para qualquer função que receber, ou qualquer indicação ali da AGER, tem preparo suficiente e ficam os nossos cumprimentos ao Jossy Soares, que eu não tenho dúvida de que fará um grande trabalho na AGER.

O engenheiro José Ricardo Elias, que está sendo indicado para regulador de transporte da AGER, com certeza uma área que tem uma demanda muito grande, muito forte e eu inclusive gostaria de nesta oportunidade arguir o José Ricardo concernente a uma questão que tem nos preocupado a todos, que é com relação ao transporte alternativo.

Nós vamos precisar muito do trabalho do engenheiro José Ricardo nesse sentido porque hoje esse serviço do transporte alternativo é muito importante e infelizmente está prejudicado, porque as precárias vão vencendo e automaticamente vão se extinguindo esse serviço.

Nós tivemos audiências públicas aqui na Assembleia Legislativa, Deputada Janaina, em que nós tivemos pessoas chorando porque não estão recebendo esse serviço. Nós tivemos o relato de uma senhora lá de Barra do Bugres, que o transporte alternativo, que são as vans, ia lá a buscava, a trazia até Cuiabá para poder ir sua consulta médica, depois levava de volta. Infelizmente, o serviço foi cortado e ela ficou prejudicada. Isso tem ocorrido em todo o Estado.

Eu gostaria de saber do Zé Ricardo qual será o procedimento dele enquanto diretor regulador de transportes.

Muito obrigado, senhora Presidente.

Secretaria de Serviços

A SRª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Obrigado Deputado Sebastião Rezende.

Com a palavra, por até cinco minutos, excelentíssimo senhor José Ricardo Elias.

O SR. JOSÉ RICARDO ELIAS - Bom dia, Deputado Sebastião.

A questão do transporte alternativo realmente é um problema hoje no nosso Estado, mas a proposta nossa, assumindo essa diretoria, é fazer uma interlocução mais forte com o Poder concedente, que a Secretaria de Infraestrutura, ajudando, junto com os diretores da AGER, com o presidente, nessa interlocução para que possa sair a licitação da concessão desse serviço alternativo e assim, de uma forma definitiva, comecem a ser solucionados os problema, porque a questão de só fazer autorizações precárias não resolve, é uma situação indefinida, uma situação que não tem um controle que o Estado poderia ter de uma forma melhor, então vai partir pela licitação, como foi feita nas licitações para o transporte convencional que nós temos hoje, os contratos.

Então, o que eu quero dizer é que o nosso trabalho vai ser, justamente junto com o poder concedente para que a gente possa viabilizar o mais rápido possível a licitação e assim ser coberta toda a área do Estado com esse transporte alternativo. *Ok?*

A SRª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Obrigada, senhor José Elias.

Em seguida quem faz a arguição é o Deputado Valdir Barranco.

O SR. VALDIR BARRANCO – Senhora Presidente, quero aqui saudar o senhor José Ricardo Elias e o senhor Jossy Soares Santos da Silva.

Primeiramente lembrá-los de algo que é essencial, mas sempre vale a pena nós lembrarmos, no exercício de nossas funções públicas nós devemos sempre em primeira mão, em primeira categoria o respeito ao público, o serviço que será prestado ao público. Sobretudo, cada um

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2023, ÀS
10H20MIN.

de nós que ocupa espaços que são remunerados através de impostos, somos servidores públicos, ou de carreira, ou eletiva, ou de livre nomeação e exoneração, portanto, todo respeito à população deve ser garantido.

Eu conheço um pouco o José Ricardo, conheço o trabalho que ele já prestou na SEDUC, conheço do período em que estive no INCRA, das parcerias para as construções em escolas rurais. Não conheço, da mesma forma o Senhor Jossy Soares, mas sei da sua qualificação e espero o seu comprometimento.

Eu quero fazer uma única pergunta aqui.

Quero desejar, obviamente, sucesso no trabalho que vocês vão desenvolver, dizer que o transporte coletivo, o transporte público, infelizmente ainda é caótico no nosso País, em Mato Grosso é muito pior, no interior do Estado é um serviço que deixa muito a desejar, são muitas as reclamações e as denúncias que a gente recebe no dia a dia, e pouco é feito para que a sociedade a população, que paga os salários nossos, possa realmente ser ouvido e ser contemplada.

Nós acabamos essa semana, no dia 1º de outubro, de termos a celebração dos 20 anos do estatuto da pessoa idosa.

Parabenizo o Deputado Júlio Campos, que fez aqui uma Sessão para comemorar esses 20 anos do estatuto da pessoa idosa, que é a Lei 10.741, de 2003, e ela é taxativa no art. 39 onde ela diz que no transporte público deve as pessoas acima de 65 anos terem a garantia de suas passagens gratuitas.

Nós sabemos que esse Art. 39 da Lei 10.731/2003, que é a Lei que criou, que estabeleceu o estatuto do idoso, não vem sendo respeitado em nosso Estado.

As empresas de transporte público estão destratando os idosos, maltratando os idosos, desrespeitando os idosos, sendo preconceituosas com os idosos do nosso Estado.

Eles têm tido uma dificuldade imensa, a maioria com muita humildade, dificuldade às vezes de leitura, e ao chegarem às empresas eles são maltratados.

Então, a minha pergunta aqui é como na função pública do exercício que vocês terão vocês atuarão para garantir o atendimento aos idosos e também àqueles que precisam de melhor acessibilidade no transporte público. Como garantir isso?

A SRª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Com a palavra o Senhor Jossy Soares Santos da Silva, que disporá de até cinco minutos para sua resposta.

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA – Excelentíssimo senhor Deputado Valdir Barranco, a quem saúdo, obrigado pela pergunta.

De fato, nós temos problemas nesse quesito, a partir do estatuto do idoso, que regulamentou a Lei a nível nacional, com os direitos inerentes a pessoa idosa, inclusive no transporte, só que o estatuto nacional ele disciplina no transporte da competência federal, regulado pela ANTT.

No âmbito estadual, nós temos uma Lei própria que disciplina, inclusive com a iniciativa do Deputado Sebastião Rezende, que colocou na nossa Lei estadual o direito que estava previsto na federal e não havia na estadual, para que o idoso, ao adquirir sua passagem, e não havendo vaga suficiente no ônibus, porque são duas vagas apenas destinadas ao idoso, ele pudesse adquirir a passagem com desconto de 50%. Todavia, por uma questão de controle, muitas vezes esse idoso não adquire, não consegue adquirir a passagem, principalmente num Estado de dimensões continentais, como é Mato Grosso, um ônibus que sai de Alta Floresta com destino a Cuiabá o idoso vai fazer um seccionamento entre Nova Mutum e Nobres, por exemplo, e daí geralmente a empresa informa: “olha, já está ocupado”. Ele vai pegar um ônibus de Alta Floresta a Cuiabá, daí porque alguém pegou um ônibus de Nobres a Jangada não é vendida para aquele idoso a passagem.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2023, ÀS
10H20MIN.

A AGER está trabalhando fortemente, Deputado, num sistema chamado SIAC-Sistema de Acompanhamento e Controle, para detectar e acompanhar em tempo real.

Nós entraremos nos sistemas da empresa, receberemos as informações *in natura* para que o idoso tenha esse direito assegurado, não só ter o direito de assegurado, mas que possa efetivamente exercer e usufruir do direito.

De minha parte, na condição de ouvidor, eu me proponho e faço o compromisso público, e certamente terei apoio da competente equipe dos nossos colegas, para estar acompanhando em tempo real, e, dentro da legalidade, disponibilizar também esse acompanhamento para os órgãos de controle, para o Parlamento, para que nós todos formemos uma rede de proteção à pessoa idosa e ele possa usufruir esse direito.

Esse é o meu compromisso, Deputado.

(O SR. DEPUTADO BETO DOIS A UM ASSUME A PRESIDÊNCIA.).

O SR. PRESIDENTE (BETO DOIS A UM) – Obrigado, senhor Jossy, pelas considerações.

Eu chamo agora o Deputado Faissal Kalil para que faça sua arguição.

O SR. FAISSAL KALIL - Vamos lá.

Bom dia a todos!

Senhor Presidente, em seu nome gostaria de cumprimentar todos os Parlamentares aqui presentes, os servidores desta Casa, os que nos acompanha aqui nas galerias, os vereadores do interior, vereador Edevaldo, em seu nome todas as autoridades do interior, os munícipes.

Senhor Presidente, primeiro ressaltar que a sabatina não é só fazer perguntas, mas analisar currículos.

Eu fico muito feliz em ter dois novos diretores da AGER, precisamos dar uma nova roupagem a AGER, que seja mais eficiente no seu trabalho.

Então, gostaria de já de cumprimentar o Dr. José Ricardo Elias, o Jossy José Soares Santos. Sejam bem-vindos a esta Casa de Leis.

Fico muito feliz com a indicação do nome de vossas excelências.

Segundo, dizer uma situação muito desagradável, principalmente com relação à modelagem dos pedágios aqui no Estado de Mato Grosso, que não é igual a do Paraná, não é igual a de São Paulo.

Aqui primeiro se faz um contrato de concessão, realiza um PER, assinam, para depois começar a vir os investimentos.

Isso tem dado muito problema e a população reclamado bastante.

Por exemplo, nós temos em Alta Floresta um pedágio caro e o retorno para o cidadão, para o contribuinte, não é um retorno adequado, têm vários problemas, vários autos de infrações, são mais de 14, a gente tem acompanhado, inclusive tem uma ação civil pública na Justiça e, pasmem, nessa ação civil pública a Via Brasil se pronunciou no sentido de que está tendo prejuízo com aquele pedágio, tem vários pedidos de reequilíbrio contratual perante a SINFRA e a AGER, em um dos parágrafos, em sua manifestação dentro desse processo falou que a Via Brasil cumpre mais do que o que está determinado no processo.

Fiquei muito, muito, descontente com aquela manifestação da AGER. Não é verdade o que foi exposto judicialmente.

E a pergunta que eu tenho a fazer para os nobres diretores que estão assumindo é com relação aos autos de infração.

Nós da Comissão Especial aqui na Assembleia Legislativa estamos revisando todos os autos de infração. Está acontecendo um problema muito grande com relação aos fiscais. Os fiscais

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2023, ÀS
10H20MIN.

não estão aplicando adequadamente as multas na Via Brasil. Então, por exemplo, se tem um buraco, se tem uma panela, e a aplicação da multa é 100% em correção em 04 dias, a AGER tem dado 15 dias para Via Brasil cumprir, quer dizer, um prazo que não está previsto no contrato, que está errado, é de quatro dias o reparo definitivo, e, pior do que isso, a Via Brasil não cumprindo nem o prazo de 15 dias, que já está errado, ela decide na multa e a multa ser aplicada não é uma multa de 100%, como prever um caderno de penalidades para buracos. Eles aplicam, não o buraco, eles estão aplicando multa como se fosse um erro, uma infração de superfície, de rachadura, de ondulação e essa aplicação é 10%, ou seja, 10 vezes menor, ou seja, a AGER está penalizando a Via Brasil num preço 10 vezes menor do que deveria ser aplicado.

Isso nós estamos fazendo uma revisão aqui na Casa.

E a pergunta que eu quero fazer aos diretores da AGER é se vai ter a revisão desses autos de infração, porque pedidos de reequilíbrio contratual tem vários, tem bastante, tem mais de quatro na SINFRA, tem desses suspensos, e eu quero saber se esses autos vão ser revisados para... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO)

Mais um minuto, por favor.

Se esses autos vão ser revisados para compensar de forma correta.

Estou fazendo nesta Tribuna, chamando a atenção de todos os parlamentares, porque todo mundo já vem aqui fazer reclames dos pedágios, da Via Brasil, e na hora de tomar atitudes nós temos que ser mais enérgicos.

Então, a pergunta é: vamos fazer? Tem como fazer a revisão? Porque se é um ato administrativo e o motivo está errado, esse auto é errado esse ato é inválido. Então, tem que fazer uma reedição de todos esses autos.

Eu quero saber se essa nova diretoria vai poder fazer essa revisão autos de infração.

O SR. PRESIDENTE (BETO DOIS A UM) - Vamos encaminhar a pergunta, Deputado Faissal Kalil, para o nosso amigo Zé Ricardo Elias, para que ele possa expor seus pensamentos acerca desses questionamentos.

O SR. JOSÉ RICARDO ELIAS - Bom dia, Deputado Faissal.

É uma excelente pergunta um questionamento que está permeando principalmente a região de Alta Floresta, a concessão - a gente tem acompanhado - e quero dizer tranquilamente para o senhor e para todos os parlamentares desta Casa que nós como diretor vamos fazer cumprir a Lei, cumprir os contratos.

É aquela história: o que é combinado não é caro. Então, nós vamos seguir.

A questão de revisão, primeiro, nós vamos ter que conversar com a diretoria colegiada para ver se existe essa possibilidade regimental, legal, junto com Advocacia Geral Reguladora também, com o Dr. Felipe, para ver se há esse instrumento de revisão em relação ao que já foi, ao que já ocorreu, se já não houve um prazo decadencial disso, enfim... Nós vamos avaliar com calma e tudo o que tiver que ser corrigido nós vamos conversar também com a equipe técnica.

Nós precisamos saber o que foi, qual o motivo que levou à interpretação, ao entendimento dos técnicos nesse cálculo. Perfeito?

Mas uma coisa eu deixo bem claro, o que está previsto no contrato é o que a justiça vai determinar na ação civil pública, como o senhor falou, enfim, é o que a gente tem que cumprir como servidor público.

Acredito que as empresas também no momento que assinaram os contratos sabem das responsabilidades, sabem dos compromissos e elas vão ter que também assumir essas responsabilidades.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2023, ÀS
10H20MIN.

Então, para deixar bem tranquilo, bem claro, nós vamos fazer cumprir o que está determinado nos contratos.

O SR. PRESIDENTE (BETO DOIS A UM) - Obrigado ao Zé Ricardo pela sua explanação.

Eu convido agora o Deputado Nininho para fazer seus questionamentos.

Deputado Nininho, por favor.

O SR. NININHO - Meu bom dia a todos, nossos colegas Deputado, pessoal do Plenário, e aqui nossos dois arguidos de hoje Zé Ricardo Elias e nosso companheiro Jossy Soares.

Eu não tenho dúvidas de que essa missão que ora os dois estarão assumindo junto a AGER é de grande relevância para a população do nosso Estado.

Eu tenho certeza que o doutor Zé Ricardo já com toda sua experiência, já passando por vários órgãos públicos, sempre cumprindo seu papel como servidor, fazendo um relevante trabalho, também como diretor regulador vai ter uma função de fiscalizar e cobrar uma melhor qualidade de transporte para a nossa população.

Quero dar as boas-vindas desejar, Zé, muito sucesso na sua missão, que com certeza você vai exercer com muita capacidade, com muita responsabilidade.

Da mesma forma, nosso companheiro Jossy Soares, que já trabalha nesse órgão, já foi diretor, também tem prestado relevante trabalho na ouvidoria como regulador, diretor de regulação, regulador da ouvidoria.

Eu quero desejar sucesso a você e ao Zé Ricardo e dizer o que o a população e Assembleia esperam é um servidor comprometido, cumprindo com o papel da AGER, que é de fiscalizar, regular e prestar um bom serviço para a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (BETO DOIS A UM) – Obrigado, Deputado Nininho, que fez suas ponderações.

Eu comungo do mesmo pensamento do Deputado quanto à competência dos colegas que irão estar à frente desse importante órgão.

Quero convidar o Deputado Cattani para que ele faça seus questionamentos.

A tribuna está livre para o Deputado Cattani.

O SR. GILBERTO CATTANI – Obrigado, senhor Presidente.

Cumprimento a todos, principalmente o senhor Jossy Soares e o senhor José Ricardo.

Já de antemão parabenizo aqui o senhor Jossy por estar vindo a essa oitava e trazer junto consigo o livro mais importante que existe na face da terra, que é a palavra Sagrada, e não se envergonhar dele. Tem dois livros hoje que é um problema você andar com eles, um é esse aí, o outro é a Constituição Federal brasileira. Tem que ter coragem para usar.

Mas o que eu queria falar concernente ao assunto e pedir aos senhores, responda qualquer um dos senhores que quiser, eu sou um assentado da reforma agrária, moro em um assentamento, mas o meu assentamento é pujante, graças a Deus, mas a maioria dos assentamentos não têm infraestrutura adequada nos assentados e o transporte coletivo é inexistente por parte do Estado.

Muitas vezes as pessoas colocam ali uma van, às vezes dos próprios assentados, um camarada tem uma van, um pequeno ônibus ali, e coloca para levar as pessoas, Deputado Júlio, para a cidade, para fazer compra, para ir ao médico, e assim por diante. Mas essas Vans tem uma burocracia muito grande para se regulamentarem, não conseguem fazer a mesma coisa que uma grande empresa e acaba que... Elas existiam em quase todo o nosso Estado, mas, por uma ação da AGER, eu sei que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2023, ÀS
10H20MIN.

os senhores cumprem a Lei, por isso a minha pergunta vai ser parcial, elas acabaram pela força da AGER e impedidas de trabalhar.

Obviamente que, os senhores seguindo a Lei, a minha pergunta se divide em duas: primeiro a AGER pode diminuir essa burocracia ou fazer através de uma portaria, ou alguma coisa nesse sentido, que essas pessoas possam trabalhar e que os assentados possam ser atendidos ali, ou depende desta Casa criar Projeto de Leis para que AGER cumpra então os requisitos da Lei.

Esse é o meu questionamento.

Obrigado, senhores.

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - Deputado Cattani, obrigado pela pergunta, muito pertinente.

O transporte alternativo no Estado de Mato Grosso tem característica complementar ao sistema principal.

É dever do Estado garantir ao investidor ao concessionário o equilíbrio da concessão, inclusive garantiu o retorno daquele contrato de concessão.

Nesse sentido, a ação da AGER deve ser prudente no sentido de garantir que o sistema principal esteja plenamente equilibrado e ao mesmo tempo ter a sensibilidade para as questões e particularidades locais da necessidade de um transporte alternativo para atender o enfermo, as pessoas das localidades de difícil acesso, e esse sistema alternativo deve ser um sistema complementar, como está no projeto do sistema de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros, aprovado pelo Governo do Estado através do Decreto 10.019 de 2011. Todavia, nós entendemos que ambos os sistemas, tanto o principal quanto o complementar devem estar equilibrados e atender o interesse público. É claro que a gente não esconde os olhos de que às vezes o operador de um quanto mais lucro quiser é legítimo que ele trabalhe por um lucro honesto, mas eles são sistemas que não devem ser predatórios um ao outro, mas ao mesmo tempo devemos observar que cada um deve trabalhar dentro da sua realidade.

Eu quero anunciar, inclusive, que neste momento o poder concedente, que é a Secretaria de Estado de Infraestrutura-SINFRA, está desenvolvendo estudos para analisar a pertinência do sistema de transporte alternativo.

Uma vez ultrapassada a fase da viabilidade e da não predação entre os sistemas, caberá à AGER lutar, no que pertence à área regulatória, fiscalizatória e de controle, após os contratos de concessões oriundos de licitação sejam devidamente assinados, a AGER vai lutar, sim, para desburocratizar, para facilitar, para que não tenhamos as mesmas exigências de um sistema grande, de um sistema principal, de uma empresa, por exemplo, da Itamarati, e a gente exigir do operador que tem apenas uma van para atender uma comunidade, a gente exigir os mesmos critérios para uma grande empresa do sistema principal.

E também quero, especificamente no caso da pergunta, Deputado Cattani, talvez outros senhores Deputados também aproveitam a mesma resposta, quando o deslocamento é de um assentamento que não ultrapasse os limites territoriais do seu município, a competência para esse transporte é da prefeitura. Está no âmbito do município. Como Mato Grosso tem municípios muito grandes, alguns até quase maior do que o Estado de Sergipe, é importante entendermos que todo o transporte que não ultrapassa os limites territoriais de município, a competência é da prefeitura.

Com isso eu espero que tenha respondido a pergunta do senhor e me coloca à disposição.

(O SR. DEPUTADO EDUARDO BOTELHO ASSUME A PRESIDÊNCIA.).

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Thiago Silva.
Deputado Júlio Campos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2023, ÀS
10H20MIN.

O SR. JÚLIO CAMPOS – Senhor Presidente, senhores novos indicados diretores da AGER José Ricardo e Jossy Santos.

Eu não sei qual dos dois vai responder a minha pergunta, eu gostaria que vocês se entendessem.

São dois questionamentos que eu quero fazer.

Eu ando muito pela região do nortão de Mato Grosso, principalmente na região de Alta Floresta e há uma reclamação muito grande da população com relação ao preço dos pedágios.

Eu gostaria de saber qual critério que foi adotado para implantação desses pedágios que para a população do nortão de Mato Grosso tem sido acima das suas possibilidades, porque muitos trechos que são cobrados pelo pedágio nas rodovias da região de Alta Floresta são maiores do que os preços das nossas rodovias federais da BR-163.

Outro assunto que eu pergunto com relação também a qual seria a influência da AGER, ou a responsabilidade da AGER, com relação ao trânsito de caminhões pesados, de carretas, pelas rodovias estaduais que são tidas mais para transporte de automóveis e veículos com menos peso, como são as rodovias estaduais que ligam Rosário Oeste a Cuiabá, passando por Acorizal, e a rodovia de Chapada dos Guimarães.

Porque o que está ocorrendo é que para desviar do trânsito pesado que existe nas rodovias BR-163 muitos caminhões e carretas estão circulando normalmente pelas rodovias estaduais e MTs que vão de Cuiabá, Guia Acorizal até Rosário Oeste, que é uma rodovia para caminhões ou veículos menos pesados.

E também temos encontrado muito com carretas transitando pela rodovia que liga Cuiabá a Chapada.

Qual seria a influência da AGER no sentido de proibir esses veículos pesados nessas duas rodovias que eu falei?

O SR. ZÉ RICARDO ELIAS - Bom dia, Deputado Júlio Campos.

Como o senhor falou para a gente combinar, combinei com Jossy, vou responder a primeira pergunta e o Jossy vai se concentrar na segunda.

Em relação ao preço dos pedágios que o senhor informou na região norte, o preço muito alto, elevado, enfim, que tem penalizado os moradores, aqueles que circulam naquela região, em primeiro lugar, quando se faz uma definição de tarifa, no estudo da modelagem da concessão, o poder concedente, no caso foi a Secretaria de Infraestrutura, elaborou um projeto na qual aquele projeto prevê os investimentos, os investimentos de operação, que é o Opex, os investimentos de capital, que é o Capex, a taxa de retorno, e tem o plano de exploração rodoviária, e daí, quando se adota o modelo para definir uma tarifa, uma licitação, que foi o que aconteceu no governo federal na BR-163, eles adotaram na licitação o tipo de menor tarifa, que à época a Odebrecht, a Rota do Oeste, ganhou, jogando aquele valor baixo, menor tarifa.

E o que a gente vê é que hoje esse tipo de modelo é fracassado, porque não se sustenta. No caso do Estado de Mato Grosso, na época em que foi concebido houve uma análise em relação as duas questões, outorga e tarifa, porque você pode optar por uma ou outra, ou pelas duas, e quando se fez esse estudo chegou-se àqueles valores, que a gente também sabe que são valores que hoje, talvez, deveriam ser revistos na agência reguladora e a gente estará junto com a diretoria executiva discutindo essa possibilidade junto com o poder concedente, obviamente respeitando os contratos, respeitando o estabelecido, porque pode haver impacto econômico no contrato, um reequilíbrio econômico, que pode ser que seja até prejudicial para o usuário. Então a questão da definição do pedágio vai muito sobre isso, sobre a definição do modelo que você está adotando, se você vai lançar a licitação com maior outorga, aquele que pagar mais ganha licitação, ou menor tarifa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2023, ÀS
10H20MIN.

No caso específico daquela região da MT região de Alta Floresta, foi feito um estudo mais equilibrado. Isso a gente sabe porque a gente participou na época, eu trabalhando na Sinfra no momento dessas concessões tive discussão, foi submetido à Controladoria Geral do Estado, foi submetido à Procuradoria Geral do Estado também, então a gente sabe que não caiu de paraquedas aquela definição daquela tarifa.

Mas, como eu disse, se houver a possibilidade de ser reavaliado, dentro da legalidade, dentro dos contratos, com certeza a AGER, junto com o poder concedente, a Sinfra, vai reavaliar isso. Está *ok*?

O SR. JÚLIO CAMPOS – Obrigado.

Dr. Jossy, quero ouvi-lo.

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - Com prazer, Deputado Júlio Campos.

O senhor falou um tema muito importante, sensível, inclusive para a preservação das nossas estradas.

Eu quero tão somente fazer uma pontuação ainda sobre a primeira pergunta.

Muitas vezes, Governador Júlio Campos, o usuário vai na Rodovia 163, por exemplo, e ao entrar na MT-130 ele se depara com a tarifa 4, 5 vezes maior do que a tarifa que se paga na rodovia federal. A princípio, em uma análise assim superficial, a gente vê que é injusto, mas a população, é importante que ela saiba que o preço público que garante a sustentabilidade daquela rodovia é baseado nos estudos de viabilidade, no fluxo de veículos que passam. Então, naturalmente em uma BR como a 163, o fluxo dela é muito maior do que uma rodovia estadual. Isso é parte da resposta dessa grande diferença do custo do preço público ali pago no pedágio.

Mas nós nos comprometemos a estudar, aprimorar e aproximar mais do usuário, da pessoa comum, o motivo dessa resposta e procurar ter preços mais módicos, claro, dentro da modelagem proposta e aprovada pelo poder concedente.

A segunda pergunta, com relação ao fluxo de caminhões pesados, veículos pesados, principalmente no nosso Estado, que escoam a produção de grãos do País, nós sabemos que algumas estradas, como a rodovia para Chapada dos Guimarães, como a rodovia da Estrada da Guia, essas estradas a princípio não foram projetadas para tráfego pesado, elas são rotas de fuga direcionadas a veículos pequenos, a pessoas que moram na região e a população do perímetro urbano.

Uma das soluções, no caso de rodovias pedagiadas... Agora, só para fazer uma diferença, essas estradas que eu citei e que vossa excelência também citou não são estradas concedidas, elas são operadas diretamente pelo poder concedente e estão sob responsabilidade direta do Estado. Todavia, quando há uma estrada, por exemplo, a MT-130, seja no trecho entre Primavera a Rondonópolis ou Primavera a Paranatinga, aqui Morro da Mesa, ali Rota dos Grãos, é necessário que tenhamos balanças.

As concessionárias têm, estão nesse processo, estão dentro do cronograma da plena implantação da rodovia a instalação dessas balanças, e nós aguardamos, já temos a expectativa da Secretaria de Infraestrutura disponibilizar pessoal.

Então, senhor Governador Júlio Campos, com prazer quero dizer que eu vejo com boas perspectivas, até a plena implantação dessas concessões, porque a concessão tem um plano, um cronograma da plena implementação, da recuperação asfáltica, da recuperação da base, da sinalização, das faixas, das obras de arte, e também nesse cronograma está a instalação das balanças e também os operadores que serão servidores da Secretaria de Infraestrutura.

Então, eu vejo Governador, Senador, Deputado Júlio Campos, com boa expectativa a solução desse problema.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2023, ÀS
10H20MIN.

Coloco-me a sua disposição.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Thiago Silva.

O SR. THIAGO SILVA – Bom dia todos os Deputados, a Deputada Janaina e toda população que nos acompanham pela rádio e TV Assembleia.

Cumprimento os senhores José Ricardo e Jossy, indicados aqui pelo Governo para que possam ocupar os cargos da AGER.

Gostaria aqui de fazer três perguntas aos senhores, a primeira é quanto aos serviços prestados pela Energisa no Estado de Mato Grosso.

Nós sabemos que esta Casa há muito tempo vem fazendo esse debate aqui, até mesmo abrimos uma CPI, ficamos limitado em alguns momentos, Deputado Rezende, vossa excelência fez uma audiência pública para debater sobre isso, nós sabemos da responsabilidade da ANEEL, porém, sabemos também que por meio de um convênio com a ANEEL ela exerce atividades também de fiscalização de serviços de geração de energia através da ouvidoria e também essa mediação setorial.

Eu gostaria de saber quais são as ações da ouvidoria para que realmente essas reclamações que estão sendo constante nesses últimos anos realmente possam se tornar efetivas e a gente melhorar os serviços realizados pela energia no Estado de Mato Grosso.

Segunda é também voltado para a ouvidoria, ao senhor Jossy, é pedir aqui a democratização do acesso à ouvidoria da AGER.

A gente sabe que o grande percentual de pessoas que utilizam o serviço de transporte intermunicipal no Estado de Mato Grosso é de pessoas humildes, pessoas de baixa renda e têm dificuldades de acesso por falta de informação para fazer sua reclamação do serviço de transporte intermunicipal.

E a terceira indagação é sobre a fiscalização da qualidade dos serviços prestados pelas empresas que detêm a concessão, em especial acessibilidade.

Há alguns anos a gente fez uma vistoria nos ônibus que prestam esses serviços e grande parte desses ônibus ainda a acessibilidade era precária.

Eu gostaria de ouvir dos senhores qual que é o trabalho que está sendo feito através da ouvidoria e através também da Diretoria de Transporte para melhorar esse serviço.

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - Deputado Thiago Silva, com prazer responda suas perguntas.

Conforme vossa excelência falou, a AGER tem um convênio de prestação de serviços à Agência Nacional de Energia Elétrica, Aneel, esse convênio delega competência para a AGER fiscalizar os serviços de geração e distribuição de energia e nós temos trabalhado dentro de um *script* de uma formatação colocada pela agência, pela ANEEL.

A AGER não regula esse serviço, ela recebe um protocolo para trabalhar estritamente dentro dos limites estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

Nesse sentido, a AGER tem desenvolvido o trabalho estritamente e tem sido, em nível de Brasil, considerada como a agência que melhor desempenha a função na fiscalização, no exercício, na execução do convênio.

Dentro das limitações colocadas pela ANEEL, dentro desse protocolo, a AGER tem aplicado multas, e são multas pesada, multas na ordem de milhões de reais, e ao longo dos anos esse trabalho tem sido notabilizado por excelência.

Todavia, eu reconheço, como ontem nós vimos aqui na audiência pública na qual também estive presente, problemas estruturais, problemas de investimento, necessidades de atender

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2023, ÀS
10H20MIN.

com mais presença, com serviços adequados comunidades, porque o nosso Estado está explodindo, o crescimento é muito grande e muitas vezes o sistema não tem atendido na mesma velocidade do crescimento econômico e na necessidade de estrutura do Estado.

Então, alguns desses pontos, Deputados, fogem da competência estrita da AGER. Todavia, na condição de ouvidor da AGER, nós estaremos, e como sempre foi feito, e agora vamos acelerar, vamos aproximar, vamos ter novas ferramentas de acompanhamento das demandas e tornar a AGER mais acessível ao usuário, àquele que está na ponta, lá nos distritos, nos rincões, de dotar a AGER de mecanismos, como hoje já temos o *WhatsApp*, já temos o 0800, já temos o *site*, vamos procurar novas ferramentas, mergulhar nas redes sociais, fazer mais audiências públicas e procurar essa aproximação.

Penso pessoalmente, e vou levar essa ideia para a diretoria executiva colegiada, estarmos em parceria com as câmaras de vereadores dos municípios, fazer algum tipo de parceria, de convênio em que muitas demandas, quando o cidadão simples não consegue acessar a AGER através dos meios da tela informática, ele consiga falar com seu vereador, ele consiga falar com seu representante de bairro, de associação. Por isso eu falei na minha exposição inicial que pretendo também fortalecer e fomentar a criação de associações e conselhos de usuário.

Então, coloco-me a sua disposição, procurando saber se estou respondendo a contento a informação, a pergunta, o meu colega José Ricardo vai falar o segundo ponto, e permaneço a sua disposição dentro da necessidade.

O SR. ZÉ RICARDO ELIAS - Boa tarde... Boa tarde não, desculpem-me, eu já estou com fome, por isso que eu falei boa tarde.

Bom dia, Deputado Tiago Silva, é um prazer estar aqui respondendo a pergunta do senhor e eu vou falar especificamente sobre o terceiro ponto, que é sobre a fiscalização da acessibilidade, porque não é só o cadeirante que precisa do apoio, são todos os tipos de deficiências, desde o autista, desde o portador de alguma necessidade, e o serviço público tem que estar ali para atender essas demandas também dessas pessoas que precisam.

E eu posso dizer para o senhor que AGER, através da nossa Superintendência Reguladora de Transportes Rodoviários, dentre as atribuições de fiscalização dela, está a questão também de verificação das condições do veículo.

Obviamente que se as condições do veículo não estiver na situação de acessibilidade, embora a gente também tenha que nos alterar ao contrato que foi assinado de concessão, porque se na época da modelagem dessa concessão não houve a previsão dessa acessibilidade obviamente a AGER vai ter que enfrentar o problema junto à diretoria para que se faça um ajuste nesse contrato, para que exija das empresas a possibilidade dessa acessibilidade nos veículos, e também não é só nos veículos, nos terminais de passageiro também vai ter que ter essa adaptação, porque não adianta o ônibus está preparado e o terminal também não está.

Então, eu posso dizer para o senhor que a gente assumindo lá a gente vai sentar com a área técnica, especificamente a superintendência de transportes de passageiros, a gente vai verificar a situação, levantar cada empresa, cada contrato de transporte intermunicipal, hoje nós temos oito polos de contratos, alguns ainda emergenciais, mas a maioria são contratos definitivos, vamos sentar junto com a diretoria e avaliar o que pode se adaptado nesses contratos.

Como eu disse para o senhor, se não tiver previsão de que a empresa tenha fornecido ônibus naquelas condições, nós vamos ter que fazer um ajuste porque é uma demanda da sociedade, a lei determina acessibilidade, a gente vê isso na execução de obras públicas, a gente vai ver isso também no serviço público, não importa qual tipo de serviço.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2023, ÀS
10H20MIN.

Então, posso garantir para o senhor que tanto a ouvidoria como nossa diretoria vão estar atentos a esse problema e vamos buscar resolver da melhor forma possível.

O SR. THIAGO SILVA - Conforme foi colocado pelo servidor Jossy, e eu quero aqui mais uma vez cumprimentá-lo, a gente sabe que a agência disponibiliza diversas ferramentas, porém, eu vejo ainda que a divulgação é muito tímida. Essa divulgação tem que estar em todos os municípios, todo cidadão mato-grossense tem que ter acesso a isso, é muito importante essa parceria com as câmaras municipais, com as prefeituras, para que o maior número de cidadão, conforme eu falei, principalmente aquele mais humilde, que na maioria das vezes é o que mais utiliza o transporte interestadual.

A gente faz esse pedido para que realmente a AGER possa colocar no seu plano de divulgação essas ferramentas e também ao senhor José Ricardo, reforçando aqui esse pedido, quanto a preocupação da acessibilidade, que eu acredito ser uma das grandes reclamações. Melhorou, mas nós precisamos de avançar mais, principalmente, conforme foi colocado, não só os ônibus, mas todos os terminais que dão acesso ao usuário para que realmente eles possam ter acessibilidade e o atendimento de forma humanizada.

É só isso. Muito obrigado.

(O SR. DEPUTADO DILMAR DAL BOSCO ASSUME A PRESIDÊNCIA.).

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) – Obrigado, Deputado Thiago Silva.

Eu vou passar aqui, está com a mão levantada, ao Deputado Carlos Avallone.

(FALHA NA CONEXÃO)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) – Deputado Carlos Avallone, está ruim o som de vossa excelência. Não estamos conseguindo...

Deputado Carlos Avallone, som muito ruim. Por gentileza, ver a conexão de vossa excelência.

O SR. CARLOS AVALLONE – Alô! Estão me ouvindo?

(FALHA NA CONEXÃO)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) – Está sem som. De novo está ruim a conexão, chefe.

A *internet* de vossa excelência está ruim. Não estamos ouvindo nada e nós não temos mais inscrição aqui, Deputado Carlos Avallone.

Eu acho que o senhor ia elogiar aqui o trabalho da AGER através do nosso Presidente Luiz Alberto, que está aqui.

Aqui nós ouvimos o Zé Ricardo, o Jossy também, que está retornando à AGER, acho que já esteve na AGER, está retornando.

A AGER tem participado bastante alguns debates, de algumas audiências, levado audiências a toda sociedade.

Eu ouvi indagações aqui sobre pedágios, que a AGER levou para Alta Floresta para o debate também e vários locais do Estado de Mato Grosso.

Eu ainda tenho uma dúvida, mas não vou questionar, até porque todos os colegas questionaram.

A atuação da AGER junto ao sistema energético não é a contento, porque eu vejo, e o Deputado Thiago até falou aqui, o enriquecimento muito grande da concessionária de energia elétrica no Estado de Mato Grosso e o serviço, principalmente nas regiões de assentamentos, áreas rurais e distritos é péssimo, péssimo, péssimo. Nós temos que fazer mais ações.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2023, ÀS
10H20MIN.

Eu tenho certeza, Cattani, que lá também, da mesma maneira, para acabar energia lá e retornar é um problema, e muitas vezes é a manutenção, uma troca de isolador, limpeza de faixa de domínio.

Então, nós precisamos notificar mais a Energisa, porque em todos os lugares, toda Sessão, em que estou aqui, eu vejo a reclamação, vejo colegas trazendo demandas de todo o interior do Estado de Mato Grosso.

Então, agradeço aos dois que participaram, de agora em diante a Assembleia vai votar pela aprovação, ou não, acredito sim, porque são dois profissionais que realmente têm o perfil e têm gabarito para tocar e ajudar nossa AGER, ajudar o Luiz Alberto, que vem fazendo um bom trabalho como presidente nosso.

Então, eu tenho certeza que esclareceram todas as dúvidas, responderam todos os colegas Deputados aqui, Deputados que presidiam no início.

Então, passo de volta ao Presidente.

Encerraram, Presidente, as inscrições, agora o senhor dá prosseguimento aqui ao roteiro.

(O SR. DEPUTADO EDUARDO BOTELHO REASSUME A PRESIDÊNCIA.).

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Quero agradecer ao Jossy Soares Santos, indicado para diretor regulador de ouvidoria da AGER, e ao José Ricardo Elias, indicado para diretor regulador de transporte rodovia da AGER.

Digo que está concluído o processo de arguição e comunico os senhores que esta Casa, através dos seus membros levará em consideração a apresentação dos senhores nesta Sessão e, após tomar a decisão que melhor convir ao povo mato-grossense, comunicará ao senhor Governador a decisão através da resolução que será publicada no Diário Oficial eletrônico desta Assembleia Legislativa.

Então, eu peço ao Deputado Lúdio Cabral e Deputado de Barranco que conduza os senhores para a saída do plenário.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Senhor Presidente, pela Ordem.

Senhor Presidente, apenas para convocar a Comissão de Defesa do Consumidor, nós temos vários Projetos para serem apreciados, logo após ao término da primeira Sessão, aqui anexo faremos essa reunião extraordinária.

Ontem nós tivemos uma audiência pública com o pessoal da energisa, mais de três horas de audiência pública, não tivemos como deliberar essas matérias, e fica a nossa convocação, senhor Presidente.

Muito obrigado.

(AS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS NESTA SESSÃO ESTÃO DISPONÍVEIS EM - <https://www.al.mt.gov.br/parlamento/documentos/parlamentares?tipo=10&sessaoPlenariaAta=&sessaoPlenariaSumula=&sessaoPlenaria=8122&palavraChave=&dataIni=&numDocumento=&dataInicio=&dataFinal=&search=>)

GRANDE EXPEDIENTE

(Não houve Grande Expediente.)

ORDEM DO DIA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2023, ÀS
10H20MIN.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Então, vamos para a Ordem do Dia.

Vamos começar com os Requerimentos e Indicações.

Indicações apresentadas pelo Deputado Cláudio Ferreira, pelo Deputado Dr. João, pela Deputada Janaina Riva, pelo Deputado Eduardo Botelho, pelo Deputado Diego Guimarães, pelo Deputado Valdir Barranco e pelo Deputado Faissal.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Requerimento do Deputado Max Russi, solicitando aprovação do Plenário para prorrogar por 180 dias as atividades da Câmara Setorial Temática constituída no termo do ato nº 335/2023, Câmara Setorial Temática de apoio ao empreendedorismo à microempresa.

Em discussão. Encerrada discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento do Deputado Gilberto Cattani, requerendo uma Sessão especial para a entrega de Honrarias e Moções a ser realizada no dia 5 de outubro.

O Deputado está solicitando para que seja realizado no Município de Campo Verde. Lembrando que as Sessões de Honrarias, entrega de Honrarias, é normalmente feita no Plenário. Para ser feita fora daqui o Deputado tem que arcar com todos os custos.

Em discussão. Encerrada discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Deputado Faissal requerendo uma Sessão Especial para entrega de Honrarias no dia 05/12, às 19h.

Cinco de dezembro, Faissal, é isso? Ok.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai o Expediente.

Requerimentos de informações apresentados pelo Deputado Diego Guimarães e pelo Deputado Valdir Barranco.

Em discussão. Encerrada discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovados. Vão ao Expediente.

Moções de Congratulação apresentadas pelo Deputado Júlio Campos.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovadas...

Para discutir, o Deputado Sebastião Rezende.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Apenas porque eu apresentei uma Moção de Aplausos, senhor Presidente, a todos os idosos do Estado do Mato Grosso, pelos 20 anos do estatuto do idoso, um avanço que ocorreu a nível nacional e é importante deixarmos esse registro.

Ficam aí as nossas homenagens a todos os idosos do nosso Estado.

Em respeito aos idosos, em respeito a todos aqueles que têm contribuído com o nosso Estado, ficam aí as nossas congratulações.

E aqui já dito pelo Dr. Jossy Soares, nós tivemos a oportunidade inclusive no Estatuto do Idoso do Estado do Mato Grosso, infelizmente não contemplava com 50% estando as duas poltronas gratuitas ocupadas, nós fizemos constar com a Lei 10.320 dando essa garantia aos demais assentos no transporte intermunicipal dentro do Estado do Mato Grosso. Essa é garantia dos 50%.

Então, é importante que nós continuemos trabalhando em prol dos idosos do nosso Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2023, ÀS
10H20MIN.

Eu tenho certeza que a Assembleia Legislativa ao longo desse período tem realmente se esforçado, tem feito ações extremamente importantes e eu quero aqui deixar esse registro e parabenizar todos os nossos idosos.

Inclusive, senhor Presidente, até pensando naquela senhora idosa que infelizmente às vezes no futuro poderia vir, Deputado Dr. João, a utilizar um banheiro unissex, nós propusemos um Projeto de Lei, Deputado Botelho, aqui aprovado em primeira votação, proibindo esse banheiro coletivo, é importante deixar claro, coletivo, onde entra homem e mulher junto. Banheiros individuais não entram nesse projeto. Está lá um banheiro de avião, um banheiro de ônibus, banheiro em uma instituição pública ou privada, ela está preservada, entra uma pessoa por vez. Então, não consta. O art. 2º deixa claro que esses banheiros estão preservados. Apenas banheiro coletivos.

É inadmissível, Deputado Júlio Campos... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais um minuto para o Deputado.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Deputado Júlio Campos, estar lá uma senhora idosa no banheiro, estar lá uma criança, Deputado Beto, uma menina no banheiro, ou uma jovem, aí entra um homem lá, um marmanjo lá, Deputado Gilberto Cattani. Isso é um absurdo!

Então, quando nós propusemos o Projeto Lei foi exatamente para isso, para proibir que eventualmente alguém que queira construir, fazer uma edificação, pública ou privada, obrigatoriamente vai ter que ter um banheiro coletivo feminino e um banheiro coletivo masculino. Ele não pode construir apenas o banheiro unissex para todo mundo usar o mesmo banheiro.

Nós precisamos proteger as nossas famílias, proteger as jovens, as crianças, adolescentes e os idosos... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mas um minuto, para o Deputado concluir por favor.

Secretaria de Serviços Legislativos Assembleia Legislativa

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - De eventuais abusos que possam ocorrer.

Então, apenas isso.

Eu quero fazer esse registro e desejar a todos os nossos idosos do Estado do Mato Grosso vida longa e com muita saúde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok.

Então, continuando aqui a votação dos Requerimentos.

Requerimento do Deputado Eduardo Botelho, requerendo uma Sessão Especial para o dia 11 de dezembro 2023, a partir das 19h, para a entrega de comendas.

Em discussão. Encerrada discussão. Em votação. Os que a provam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de Moção de Aplausos apresentada pelo Deputado Max Russi.

Em discussão. Encerrada discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovada. Vai ao Expediente.

Moções de Aplausos apresentada pelo Deputado Júlio Campos.

Em discussão. Encerrada discussão. Em votação, os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Aplausos apresentada pelo Deputado Júlio Campos e o Deputado Eduardo Botelho, homenageando 70 anos do Tribunal de Contas...

Acho que teria que fazer uma Sessão Especial para fazer essa homenagem.

Mas aqui não está a data. Ah, já foi feita. Então, ok!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2023, ÀS
10H20MIN.

O Júlio está falando que já foi feita. Já foi. Beleza, então. Então, é só para aprovar a Moção Aplausos que está indicada aqui para José Carlos Novelli, Valter Albano, Guilherme Maluf, Antônio Joaquim, Waldir Teis Campos Neto, Sérgio Ricardo e servidores também do TCE que estão relacionados aqui.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao Expediente.

Moções de Aplausos apresentadas pelo Deputado Eduardo Botelho, Fábio Tardin, Carlos Avallone, Sebastião Rezende, Cláudio Ferreira e Dr. Eugênio.

Em discussão. Encerrada discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Moções de Pesar apresentadas pelos Deputados Fábio Tardin, Eduardo Botelho e Júlio Campos.

Em discussão. Encerrada discussão. Em votação, os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovadas. Vão ao Expediente.

Licença de 121 dias para o Deputado Paulo Araújo - 121 dias Deputado Paulo Araújo.

O Deputado Beto está votando contra.

Em discussão. Encerrada discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao Expediente.

Deputado Carlos Avallone, você está pedindo pela Ordem?

O SR. CARLOS AVALLONE – O senhor, está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Já liberei. Estamos ouvindo, pode falar.

O SR. CARLOS AVALLONE - São dois assuntos, Deputado, primeiro, nós recebemos ontem a LOA, ontem, anteontem, e analisando a LOA eu percebi que a questão das emendas impositivas não foram colocadas pelo Governo na proporção que foi combinado pela Assembleia... (FALHA NO ÁUDIO) ...a Comissão de Fiscalização fez uma recomendação e quer que devolva a LOA ao Governo do Estado para que sejam feitos os ajustes necessários para que as emendas impositivas sejam colocadas.

Eu gostaria de saber da Mesa Diretora se se vai atender a recomendação da Comissão. Esse é o primeiro assunto. O Senhor poderia me informar?

Deputado Botelho...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Sim.

O SR. CARLOS AVALLONE - Eu fiz um questionamento ao senhor.

O senhor me escutou, ou não?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - O José me distraiu aqui...

O SR. CARLOS AVALLONE – Quer que eu repita?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Por favor.

Repita, por favor, Deputado, o Zé me chamou aqui na hora e eu não tenho a capacidade que as mulheres têm de ouvir duas pessoas ao mesmo tempo.

Por favor, Avallone, repita.

O SR. CARLOS AVALLONE – Ok.

Eu estou dizendo que ontem, ao analisar a LOA que chegou aqui à Assembleia, eu percebi que não foram pagas as emendas impositivas com os valores aprovados aí junto ao senhor.

Nós fizemos uma recomendação para que fosse devolvida a LOA para que haja os ajustes necessários pelo Governo do Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2023, ÀS
10H20MIN.

Quero saber se tal recomendação foi acatada pela Mesa Diretora.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Carlos Avallone, conforme orientação da Comissão de Orçamento, no seu nome, nós já estamos devolvendo para que seja corrigido. Certo?

O SR. CARLOS AVALLONE - Ok.

O segundo assunto... (FALHA NA CONEXÃO – ÁUDIO ININTELEGÍVEL) ...em relação a uma proposta que levei para que o COT da Universidade Federal de Mato Grosso tenha o nome de Expedito Sabino.

O Expedito, sem dúvida nenhuma, foi um dos maiores incentivadores das corridas de rua, das corridas profissionais. Todo mundo se lembra dele na olimpíada... (FALHA NA CONEXÃO – ÁUDIO ININTELEGÍVEL)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, Deputado.

O som está muito ruim, mas, pelo que estou entendendo, o senhor está falando da Moção ao professor Sabino. Não é? Está registrado. Estou acompanhando o senhor nisso, ele foi também meu professor, ele me colocou no atletismo, aliás, eu fui atleta de corrida da escola técnica, da Universidade Federal, e treinei bastante com o professor Sabino.

Então, vamos continuar aqui.

Cadê os Projetos para votar.

Vamos para os Projetos de Lei.

(DIÁLOGOS SIMULTÂNEOS FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.).

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Então, eu vou encerrar a Sessão e vamos abrir outra Sessão Ordinária.

O Júlio pediu para fazer uma inversão para que possamos votar logo a indicação dos diretores da AGER.

Então, eu encerro esta Sessão Ordinária e convoco uma próxima Sessão Ordinária logo a seguir. (LEVANTA-SE A SESSÃO)

(COMPARECERAM À SESSÃO OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS: **BLOCO ASSEMBLEIA FORTE:** CARLOS AVALLONE, DILMAR DAL BOSCO, EDUARDO BOTELHO, JÚLIO CAMPOS, SEBASTIÃO REZENDE, PAULO ARAÚJO E BETO DOIS A UM; **BLOCO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO:** JANAINA RIVA, DR. JOÃO, VALTER MIOTTO E THIAGO SILVA; **BLOCO EXPERIÊNCIA E TRABALHO:** DIEGO GUIMARÃES, LÚDIO CABRAL, NININHO E VALDIR BARRANCO; **BLOCO DIREITA DEMOCRÁTICA:** ELIZEU NASCIMENTO, FAISSAL, CLAUDIO FERREIRA E GILBERTO CATTANI; **BLOCO PARLAMENTARES UNIDOS:** MAX RUSSI E VALMIR MORETTO.

DEIXARAM DE PARTICIPAR OS SENHORES DEPUTADOS: WILSON SANTOS, (CONFORME O MEMORANDO Nº 502/2023), DR. EUGÊNIO E FABIO TARDIN “FABINHO”.

Revisão: Franciela Fernandes

Rosivania Ribeiro de França